


Ata de reunião	
SECRETARIA DE GOVERNO GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM	

Ata 4ª Reunião do Coselho Consultivo	
Data	Local
Rio de Janeiro, 24 de julho de 2017	SEAERJ

Participantes

Conforme lista de assinaturas no Livro de Registro Consórcio Quanta/Lerner

Validação da Ata

Nome	Instituição	Assinatura
Luiz Firmino	GEGM	
Gerard Fischgold	GEGM	
Affonso Accorsi	GEGM	
Marina Bastos	Consórcio Quanta/J. Lerner	

Objetivos

Apresentar e debater com os participantes do Conselho os cenários propostos para o desenvolvimento do PEDUI/RMRJ.

Tópicos discutidos

A reunião foi aberta pelo anfitrião, Haroldo Matos de Lemos, presidente do SEARJ, dando as boas-vindas e designando Vicente Loureiro como “presidente adjunto” do SEAERJ. Anunciou a realização de importante evento no próximo dia 10/08, que consagrará a parceria do SEARJ com a ONU – Centro Rio cujo foco será o acompanhamento dos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Vicente Loureiro anunciou a presença de Aspásia Camargo, Subsecretária de Planejamento e Gestão da Cidade do Rio de Janeiro, lembrando que a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tem sido proativa na interface com o tema metropolitano, tanto nessa secretaria, quanto na de Habitação e urbanismo, tendo especialmente Sydney Menezes como interlocutor.

Aspásia focou nos desafios que atual crise exige, destacando a necessidade de união da “inteligência” do RJ, na passagem de um ciclo pré-agônico para um novo ciclo. Informou sobre o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, em fase final de elaboração, em um processo participativo que terá ainda 2 meses de debates e 2 audiências públicas, reiterou que os planos municipais não podem ser descolados dos planos metropolitanos; é necessário casar os vários planos, Planos Diretores e interagir com a RMRJ; articular as propostas, especialmente as intersecções entre Transbrasil e transoeste; garantir a “cadeia produtiva” do planejamento, com articulação e definição de estratégias e políticas, e uma carteira de projetos.

**SECRETARIA DE GOVERNO****GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM**

Vicente, ao agradecer a presença de todos, destacou:

- a celebração do lançamento do mapa metropolitano;
- a disponibilização da base cartográfica para toda a RMRJ, insumo que já vem sendo utilizado pelas prefeituras para vários estudos e boas práticas, especialmente relativas aos cadastros imobiliários e capacidade de ampliação das receitas de IPTU;
- as parcerias da Câmara Metropolitana com as concessionárias de serviços públicos, em ambiente de cooperação, com vistas a plotar até o final do ano todas as redes de infraestrutura para apoio na definição e escolhas de políticas públicas e investimentos dos segmentos;
- as dificuldades enfrentadas na elaboração do PEDUI/RMRJ, com arresto de recursos e paralização dos trabalhos. Apesar das dificuldades, o Consórcio Quanta/Lerner continuou trabalhando, concluindo o diagnóstico e visão de futuro e o Caderno Metropolitano que está sendo lançado. Apontou que mais de 2 mil pessoas participaram dos debates até o momento, apontando diretrizes e propostas. Lembrou que o PL XXXXX segue na ALERJ, sem perspectiva para sua aprovação.

Paulo César passou a palavra a Luiz Firmino, para descrição do percurso já realizado no PEDUI/RMRJ. Este sintetizou que a 1ª fase se constituiu do diagnóstico e visão de futuro, tendo sido recebidas pela coordenação do projeto 800 propostas. A partir dessas etapas foram definidos 21 objetivos metropolitanos e criada uma matriz para interlocução entre os múltiplos temas tratados pelo Plano. Gerou-se o PAP – Programa de ações prioritárias, visando avaliar que propostas se sustentam no cenários preconizados. Considerando as dificuldades econômicas enfrentadas pelo estado do Rio de Janeiro e pelo país, optou-se por redefinir os períodos para os cenários, a saber: curto prazo 1 a 4 anos; médio prazo 4 a 12 anos; longo prazo 12 a 25 anos.

Firmino apresentou ainda o mapa-síntese (não definitivo) desenvolvido pelo Consórcio Quanta/Lerner para discussão, que indica, entre outras: as áreas para adensamento, as áreas para não adensamento; o cinturão ecológico; as ligações transversais; as áreas de interesse metropolitano (que deverão influenciar os Planos Diretores Municipais).

Alberto Paranhos, economista do Consórcio Quanta/Lerner discorreu sobre a metodologia para a definição e escolha dos cenários utilizada, que parte das variáveis:

- Crescimento da Expansão Econômica, sobre a qual não se tem domínio e
- Qualidade da Gestão Pública, que pode ocorrer a qualquer tempo, buscando ser o mais racional e efetivo com os recursos disponíveis.

Apontou, como considerandos iniciais, que há um reconhecimento geral de que a gestão Pública precisa ser melhorada, o que exige vontade política e capacitação dos servidores públicos; que de acordo à IFI no Senado Federal a capacidade de endividamento do Estado do RJ está esgotada e só haverá condições de retomada de investimentos impactantes a partir de 2028/2029; os municípios serão os principais atores no curto prazo; PPPs poderão ser uma solução importante.

Apresentou a matriz que cruza o ritmo de crescimento da expansão econômica com a gestão pública, nos cenários ruim; tendencial; provável; alvo, como referência para identificar qual caminho para chegar aos resultados esperados no curto, médio e longo prazo. No curto prazo, cita o exemplo de Nova Iguaçu, melhorando as receitas

**SECRETARIA DE GOVERNO****GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM**

próprias não pelo aumento dos tributos, mas pela inclusão dos que não estão pagando, garantindo melhores condições de financiamento local. No médio prazo, até 2028, a necessidade de manter a qualidade dos gastos, com olhar diferenciado na qualidade x impacto. Para tanto, os municípios devem deixar de olhar apenas para seu território e sim se articular, com organização da sociedade civil. Propõe não um estado maior e sim um estado menor, com sociedade maior.

Após a apresentação de Paranhos, Vicente retomou a palavra, destacando aspectos metropolitanos evidenciados pelo PEDUI:

- menos de 30% da população metropolitana mora a menos de 10 minutos a pé de transporte de média e alta capacidade;
- há baixas densidades nos principais corredores, o que conduz à insustentabilidade dos sistemas, porém adensamento não se faz por decreto; caberiam melhores conexões nos modais?

Pergunta: qual é a estratégia? Qual o modelo a perseguir? Que projetos devemos consagrar? Como o modelo ficará de pé? Quais as soluções mais eficientes e mais justas, por exemplo, para moradia e saneamento? Propõe que não se fique preso à cortina de fumaça dos números, apontando sonhos que não se realizam, fazendo mais do mesmo, com acúmulo de passivos, NÃO melhorar para mudar a vida das pessoas, mas SIM mudar para melhorar; ter coragem de apontar novos caminhos (exemplo: enfrentar a discussão do saneamento e a tecnologia do tempo seco).

Os debates se iniciaram com a contribuição de Teresa Carvalho, que destacou que justiça social é sócio-espacial: premissa de compensação das condições sócio-espaciais da população. Portanto, deve-se escolher as formas de mudar para muitos, checar as escolhas. Os economistas trabalham a grande escala, os urbanistas falam em modais de transporte alternativos. Deve-se reforçar as conexões entre municípios e centralidades mais próximas, para percolar e repercutir no território maior. Também lembra da relevância da capacitação do servidor público, mas de forma que ele permaneça na área de atuação.

Paranhos reitera a necessidade de cooperação entre municípios, antes da competição; do reforço aos centros das cidades e dos bairros com equipamentos em escala para toda a cidade, melhor uso dos ativos urbanos; concessões de alvará mistos /co-working.

Demeter Anastasakis propõe a mudança de foco, em função da crise. Lembra que há 550 bilhões do FGTS, recursos baratíssimos que podem subsidiar o mutuário e também as mais valias públicas, o que poderia trazer mais população para o entorno do eixo da Central, em torno de negócios – edifícios sem vagas de garagem, aumento do número de usuários do trem. Aponta que as prefeituras não compreendem as operações urbanas, sem recursos municipais, utilizando os recursos do direito de construir oriundo da mais valia, não acreditam em geral na cultura de não depender da verba federal, têm preconceito com a iniciativa privada e recursos que não venham da fonte rica.

Armando Abreu lembra a necessidade de união dos 21 municípios metropolitanos e a experiência da criação da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro.

Alberto Paranhos propõe mudanças nos critérios dos órgãos de planejamento e financiamento, devendo as prefeituras não aceitar empreendimentos não adequados

**SECRETARIA DE GOVERNO****GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM**

aos desenhos propostos. Exemplifica com o Programa Minha Casa minha Vida, onde conjuntos são construídos em áreas distantes do tecido urbano, onde há déficit de cidade, onerando o poder público e ampliando a ocupação rarefeita das áreas urbanas. Propõe a utilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade e a revisão dos parâmetros de ocupação – especialmente o coeficiente de aproveitamento e o IPTU progressivo, como forma de financiamento dos empreendimentos.

Vicente responde a Armando, informando sobre o PL da criação do ente metropolitano, em tramitação na ALERJ; destaca o binômio Governança + Planejamento como essenciais. Responde também a Demeter e Teresa, destacando o papel das centralidades e a premissa da polinucleação, centralidades que podem ser reforçadas com equipamentos de saúde e educação. O Mercado contribui, mas o estado é indutor e deve reforçar as várias centralidades, e não eleger um único território.

Hilley, da FIRJAN, traz a notícia da perspectiva colocada pelo Ministério dos Transportes e ANTT, para o longo prazo, da integração do Arco com CRT – BR 116 e da ferrovia Nova Iguaçu/Cariacica (Rio/Vitória), sob concessão da MRS, trazendo maior grau de importância ao projeto de logística e possibilidade de recuperação da linha Atlântica, que poderia liberar o eixo Pavuna/Arco para uso de passageiros, com impacto na mobilidade urbana e qualificação do território, com adensamento ao longo desse eixo. Respondendo a Demeter, afirma que a utilização mista da ferrovia – carga e passageiros – é possível com bitolas mistas adequadas.

Firmino indaga sobre a possibilidade do pedágio do Arco financiar outros investimentos no entorno, além da área estrita da concessão, ao que Hilley lembra que é obrigatório, pela concessão a colocação de fibra ótica na faixa de domínio. Apesar de a lei atualmente não permitir implantação de outras infraestruturas para o entorno – o que implicaria recalcular a TIR a valor do pedágio, há receitas acessórias que poderiam ser utilizadas para tal.

Vicente encerrou a reunião, tendo considerados validados os cenários apresentados e escolhidos e informando dos próximos passos e a perspectiva de consolidar as propostas para o PEDUI nos próximos 60 dias.

Próxima reunião do projeto

ampla agenda participativa ao longo do mês de agosto, incluirá reuniões dos GDs.

Informações adicionais

Sem informações.